



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL

115.1

ALESSANDRO HARTMANN, brasileiro, natural de Curitiba/PR, solteiro, nascido em 22/07/1976, médico, CPF nº 020.390.789-24, RG nº 4.322.818-8/SSP-PR, CRM nº 18.671/PR, residente e domiciliado em Curitiba – Paraná à Rua Petit Carneiro n. 1083 apartamento 801, Água Verde, Curitiba – Paraná, CEP 80240-050;

ARNO LOTAR CORDOVA JUNIOR, brasileiro, maior, natural de Joinville/SC, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Médico, CPF nº 791.894.239-68, RG nº 2/R 2.275.350/SSP-SC, CRM nº 17.175/PR residente e domiciliado em Curitiba – Paraná a Rua Euzébio da Motta 961 Apto. 52, Bairro Alto da Glória, CEP 80530-260;

CARLOS GENESIO BEZERRA LIMA JUNIOR, brasileiro, natural de Natal/RN, solteiro, nascido em 16/06/1973, Médico, CPF nº 837.456.294-34, RG nº 1.209.108/RN, CRM nº 18.522/PR, residente e domiciliado em Curitiba – Paraná a Rua Oyapock n. 70 Apto. 1102, Bairro Cristo Rei, CEP 80050-450;

CARLOS PEREIRA NETO, brasileiro, natural de Curitiba/PR, solteiro, nascido em 01/10/1972, médico, CPF nº 873.725.689-00, RG nº 3.918.861-9/SSP-PR, CRM nº 17.528/PR, residente e domiciliado em Curitiba – Paraná a Rua Nicarágua n. 1840 Apto. 11 Bloco B, Bairro Bacacheri, CEP 82515-260;

JOSÉ CARLOS GASPARIN PEREIRA, brasileiro, natural de São José dos Pinhais/PR, casado sob o regime de comunhão de bens, nascido em 15/07/1945, médico, CPF nº 027.827.409-97, RG nº 476.792/SSP-PR, CRM nº 3362/PR, residente e domiciliado em Curitiba – Paraná à Rua Petit Carneiro n. 340, Bairro Água Verde, CEP 80240-050;

JOSÉ ZANIS NETO, brasileiro, natural de Curitiba/PR, divorciado, Médico, CPF nº 247.381.669-72, RG nº 396.343/SC, CRM nº 7320/PR, residente e domiciliado em Curitiba – Paraná a Rua Prefeito Silvio Barros n. 101, Bairro Pilarzinho, CEP 80520-680;

KARINA COSTA MAIA VIANNA, brasileira, natural de Ponta Grossa/PR, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, médica, CPF nº 031.689.939-99, RG nº 6.001.535-0/SSP-PR, CRM nº 17.900/PR, residente e domiciliada em Curitiba – Paraná à Rua Professor Luiz César n. 873 Apto. 401, Bairro Água Verde, CEP 80620-280;

LUIZ MASAKATSO NOMURA, brasileiro, natural de Curitiba/PR, solteiro, nascido em 20/04/1953, médico, CPF nº 253.313.889-49, RG nº 962.997/SSP-PR, CRM nº 7354/PR, residente e domiciliado em Curitiba – Paraná a Avenida Visconde de Guarapuava n. 3538 Apto. 93, Bairro Centro, CEP 80250-220;

SELMO MINUCELLI, brasileiro, solteiro, nascido em 09/04/1972, natural de Iporá/PR, médico, portador da Carteira de Identidade Civil RG n. 4.995.217-1/PR, CPF n. 960.516.479-53 e CRM-PR 16.897, residente e domiciliado em Curitiba - Paraná à Rua Alferes Poli n. 450 Apto. 2401, Bairro Rebouças, CEP 80230-090;

Constituem uma sociedade empresaria limitada em conformidade com as Leis 10406/02 e 6406/76.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **CIONC – CENTRO INTEGRADO DE ONCOLOGIA DE CURITIBA LTDA**, com sede e foro em Curitiba – Paraná a Rua Desembargador Vieira Cavalcanti n. 1152, Bairro Mercês, CEP 80810-050.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social é Consultório Médico.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social da empresa no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), divididos em 150.000 (Cento e Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real), cada uma, a serem integralizadas em moeda corrente do país pelos sócios em 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) vencendo-se a primeira 30 dias após o Registro do Contrato na Junta Comercial, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS		QUOTAS	CAPITAL
José Zanis Neto	14 %	21.000	21.000,00
Karina Costa Maia Vianna	12 %	18.000	18.000,00
Luiz Masakatso Nomura	12 %	18.000	18.000,00



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL DE CAPITAL

fls. - 2 -

Selmo Minucelli	12 %	18.000	18.000,00
Alessandro Hartmann	10 %	15.000	15.000,00
Arno Lotar Cordova Junior	10 %	15.000	15.000,00
Carlos Genésio Bezerra Lima Junior	10 %	15.000	15.000,00
Carlos Pereira Neto	10 %	15.000	15.000,00
Jose Carlos Gasparin Pereira	10 %	15.000	15.000,00

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades em 01 de Outubro de 2005 e seu prazo é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade caberá aos sócios ALESSANDRO HARTMANN, ARNO LOTAR CORDOVA JUNIOR, SELMO MINUCELLI e KARINA COSTA MAIA VIANNA, na qualidade de ADMINISTRADORES aos quais competem em conjunto e ou isoladamente o uso do nome empresarial, e a representação ativa, passiva, judicial e extra judicial da sociedade sendo vedado, no entanto, o seu uso em atividades estranhas ao interesse social especialmente à prestação de avais, endosso, fianças e caução de favor ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A modificação do contrato social poderá ocorrer a qualquer tempo, em conformidade com a Lei e Artigos previstos no Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA: As quotas do capital social são livremente negociáveis entre os sócios. Estes, entretanto, não poderão cedê-las ou aliená-las sob qualquer pretexto a terceiros, estranhos a sociedade sem a observância do direito de preferência dos demais sócios na sua aquisição, o sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar a sociedade discriminando o preço forma e prazo de pagamento para que esta através dos demais sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência o que deverá fazer no prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência as quotas poderão ser livremente transferidas a terceiros, desde que este possua qualificação para a atividade da empresa.

Parágrafo Primeira – Assim como a qualquer sócio é outorgado o direito de retirar-se a todo tempo da sociedade sob as condições consignadas nesta cláusula, também a sociedade poderá excluir, por decisão da maioria do capital social, qualquer deles por justa causa comprovada garantido ao sócio, o pleno direito de defesa.

Parágrafo Segunda – Em razão de a sociedade haver sido constituída "intuitu personae" as quotas não poderão ser penhoradas, alienadas ou cedidas a qualquer título sem o prévio consentimento dos demais sócios, observadas as condições deste documento. Entretanto, vindo às quotas de determinado sócio a ser penhoradas, isto será considerado justa causa para a exclusão do sócio proprietário das quotas atingidas.

CLÁUSULA NONA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de "pró-labore" observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA: Ao termino de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o sócio Administrador, prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE MERCANTIL DO PARANÁ

fls. - 3 -

Parágrafo Primeiro – Cessará a responsabilidade do (s) administrador (es), pelo atos praticados durante o período de sua gestão, com a aprovação das contas do exercício social a que se referem.

Parágrafo Segundo – Os sócios, por maioria simples do capital social, poderão decidir pela retenção dos lucros, se a sua distribuição afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião convocada pelos administradores ou por qualquer sócio quando houver retardo de mais de sessenta dias nos casos previstos pelo contrato ou em lei. A convocação poderá, ainda, ser feita por titulares de mais de um quinto do capital social, quando não atendido no prazo de oito dias, o pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas.

Parágrafo Primeiro – A reunião de sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, três quartos do capital social, em segunda, com qualquer numero, podendo o sócio ser representado por outro sócio ou por Advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

Parágrafo Segundo – Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, poderá votar matéria que lhe diga respeito diretamente.

Parágrafo Terceiro – A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes, de cujos trabalhos será lavrada ata, no livro de atas de reuniões de sócios, assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes da reunião. Cópia de ata autenticada pelos administradores ou pela mesa será levada a arquivamento e averbação no Registro Público de Empresas Mercantis, fornecendo-se cópia aos sócios que a solicitarem.

Parágrafo Quarto – As reuniões de sócios serão realizadas, no mínimo, uma vez ao ano nos quatro meses posteriores ao balanço patrimonial, com o objetivo de:

- a) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e sobre o demonstrativo de resultado do exercício;
- b) Designar e destituir administrador, fixando sua remuneração;
- c) Alterar o Contrato Social;
- d) Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Quinto – Até trinta dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos em (a) supra, deverão estar à disposição dos sócios que não exerçam a administração. Instalada a reunião, proceder-se-á a leitura dos documentos referidos, os quais serão submetidos, pelo presidente, à discussão e votação, na qual não poderão participar os membros da administração. A aprovação, sem reservas, do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultados, salvo erro dolo ou simulação, exoneração de responsabilidade os membros da administração.

Parágrafo Sexto – Dispensam-se as formalidades descritas nos parágrafos anteriores, quando todos os sócios comparecerem ou decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da reunião.

Parágrafo Sétimo – As deliberações tomadas em reunião de sócios vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Não obstante contratada por prazo indeterminado, a sociedade não se dissolverá, nem entrará em liquidação, pela morte, retirada, falência ou



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE COMERCIAL DO PARANÁ

fls. - 4 -

concordata, interdição ou vontade de qualquer sócio, podendo os demais sócios, representando a maioria simples do capital social, prosseguir com a mesma.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo às hipóteses de sócio, retirante falido, concordatário, incapaz ou interdito, os haveres do mesmo serão apurados segundo o balanço patrimonial relativo ao último exercício social encerrado. Havendo decorrido sessenta dias ou mais da data desse balanço, um novo e especial balanço deverá ser encerrado para o mesmo fim.

Parágrafo Segundo – A apuração dos haveres referida no parágrafo anterior, far-se-á em uma única conta, compreendendo capital, lucros e outros créditos ou débitos, e deverá estar encerrada em 60 (sessenta) dias a contar do evento.

Parágrafo Terceiro – Terminada a apuração dos haveres, estes serão pagos ao sócios retirante, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com juros de 12% ao ano, mais correção monetária de acordo com a evolução inflacionária vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o transcurso do prazo referido no parágrafo anterior.

Parágrafo Quarto – No relacionamento com a sociedade, no caso de morte de sócios, os herdeiros do “de cujus” serão representados por pessoa que o espólio indicar.

Parágrafo Quinto – No caso de falecimento de sócios, fica facultado aos herdeiros o direito de ingresso na sociedade, desde que possuam qualificação para a atividade da empresa.

Parágrafo Sexto – Caso não exista interesse de ingressarem na sociedade os critérios para liquidação dos haveres, serão os indicados nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro, desta cláusula.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, hipótese em que será indicado um liquidante que procederá de acordo com o ritual legalmente determinado.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: Salvo liquidação social, nenhuma modificação social do quadro societário, mediante retirada, exclusão, dissolução parcial, apuração de haveres de sucessores, ex-conjuges, conviventes ou credores, a qualquer título de quotas sociais, implicará pagamento ou reembolso de fundo de comércio, aviamento ou quaisquer elementos materiais ou imateriais de que a sociedade se utilize para o desenvolvimento da empresa, ressalvados ativos reembolsáveis, nessa condição inscritos, em rubrica própria na contabilidade da sociedade.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA: Nome comercial, marca, título de estabelecimento e outros elementos corpóreos e incorpóreos de que sirva a sociedade para o desenvolvimento de sua atividade, bem como outros eventualmente licenciados sob qualquer forma de contratação, em favor da sociedade, serão insuscetíveis de apropriação individual, cessão gratuita ou onerosa em favor de terceiros, sócios administradores, prepostos e colaboradores a qualquer título, mesmo depois de cessada tal condição, salvo deliberação, por maioria absoluta. Assim também e sob idênticas condições o sócio que se retirar, transferir suas quotas, apurar seus haveres ou for excluídos da sociedade, não poderá usar, por si ou por sociedade que o contrate ou da qual faça parte, os mesmos elementos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
CONTRATO SOCIAL DA **JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ**

fls. - 5 -

CLAUSULA DECIMA OITAVA: Fica eleito o foro de Curitiba - Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba, 19 de Setembro de 2005

SÓCIOS

Alessandro Hartmann

Alessandro Hartmann

Arno Lotar Cordova Junior

Arno Lotar Cordova Junior

Carlos Genésio Bezerra Lima Junior

Carlos Genésio Bezerra Lima Junior

Carlos Pereira Neto

Carlos Pereira Neto

José Carlos Gasparin Pereira

José Carlos Gasparin Pereira

José Zanis Neto

José Zanis Neto

Karina Costa Maia Vianna

Karina Costa Maia Vianna

Luiz Masakatso Nomura

Sérgio Minucelli

GERSON TADEO MONTEIRO
OAB-PR Nº 13420



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/10/2005
SOB NÚMERO: 41205583338
Protocolo: 05/370744-3

CIONC CENTRO INTEGRADO DE ONCOLOGIA
DE CURITIBA LTDA

0250004

Maria Thereza Lopes Salomão
MARIA THEREZA LOPES SALOMÃO
SECRETARIA GERAL